

Abusos de memória em *K.* - *Relato de uma busca*

Abuses of memory in *K.* – *Relato de uma busca*

Rosalia Rita Evaldt PIROLI¹

RESUMO: Cinquenta anos após o Golpe Militar, esse período anti-democrático de nossa história nacional ainda apresenta numerosas lacunas, sobretudo em relação ao destino dos desaparecidos políticos. As marcas herdadas desse período são ainda profundas e incômodas e é desse material que Bernardo Kucinski se vale para escrever *K. - Relato de uma Busca* (2011). Nesse artigo, iremos propor uma análise desse romance com base no quadro teórico sobre o novo romance histórico e na fenomenologia da memória de Ricœur (2010). Dessa forma, procuraremos compreender como se articulam o plano da vida individual e o plano histórico e os abusos de memória (memória impedida, manipulada e obrigada) decorrentes dessa articulação.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Ficção histórica, Ditadura Militar.

ABSTRACT: Fifth years after the Military Coup, this antidemocratic period still has several gaps, especially regarding the disappeared political activists. The taint of this historic moment has been until now deep and uncomfortable and this is the Bernardo Kucinski's source for writing *K.* (2011). In this paper, we propose an analysis of this novel based on the theoretical model on the New Historical Novel and Ricœur's phenomenology of memory (2010). We'll seek to understand not only how the historical and the individual level are connected but also the abuses of memory (the constraint memory, the manipulated memory and the obliged memory) resulting from this relation.

KEYWORDS: Memory, Historical fiction, Military dictatorship.

1. Introdução

Neste artigo, iremos propor uma análise do livro *K. – Relato de uma busca* (2011), romance de estreia de Bernardo Kucinski à luz da teoria sobre o romance histórico. Esse modo de leitura, longe de ser simplificador, pretende verificar em que medida essa modalidade romanesca pode fornecer elementos de interesse para a leitura dessa obra. Além disso, procuraremos compreender, a partir dos pressupostos teóricos de Ricœur (2010), a relação entre a memória, o esquecimento e a história, que nos parece ser um aspecto chave desse romance.

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários – da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES. CEP: 80.060-010. Curitiba/PR, Brasil. rpirolli@gmail.com

1.1 Romance histórico e novo romance histórico

O romance histórico, descrito por Lukács (1937²), com base no modelo scottiano, é aquele que representa as grandes transformações da história como transformações na vida do povo. É, então, na intersecção do plano existencial da vida individual com o plano transindividual (cf. JAMESON, 2007³) que situamos esse subgênero romanesco. A sua matéria não é a figuração do fato histórico em si, mas as suas repercussões na vida de um determinado grupo social. Weinhardt (2011a, p. 32) reforça que essa influência do acontecimento no modo de vida individual e social deve ser claramente perceptível na instância narrativa. Porém, desde a publicação do ensaio de Lukács, o romance histórico passou por significativas mutações, como as observadas por Hutcheon (1991), Menton (1993), Jameson (2007), Anderson (2007) e Weinhardt (2011b).

Menton, em seu livro *La nueva novela histórica de la América latina: 1979-1992*, percebe a convivência do romance histórico tradicional, com este que ele denomina de *nueva novela histórica*. Na NNH, as relações com a temporalidade são reelaboradas criticamente, o que conduz, conseqüentemente, à modificação da noção de totalidade da história oficial. Hutcheon, em seu *Poética do pós-modernismo* (1991), apresenta a metaficção historiográfica que, apesar de filiada ao romance histórico lukácsiano, possui elementos que extrapolam esse parentesco. Essa produção problematizaria a delicada relação entre a história, a ficção e a constituição de suas respectivas escritas, colocando em cena a crise da historicidade e abrindo espaço para vozes marginais, “ex-cêntricas”. Menton e Hutcheon, porém, discordam em relação à importância do recuo temporal entre o fato narrado e o ato narrativo. Se para Menton (1993, p.32), o romance histórico é aquele em que a ação se passa predominantemente no passado, em um tempo não vivido pelo autor, Hutcheon não traça nenhuma delimitação entre a temporalidade da narrativa e a da escrita.

Mais recentemente, Jameson (2007), ao olhar para a produção literária de meados do século XX, prefere marcar a ruptura do modelo lukácsiano de romance

2 O ensaio *O romance histórico* foi publicado originalmente em 1937. O livro ganhou tradução brasileira apenas em 2011, pela editora Boitempo.

3 Jameson (2007) empresta de *Tempo e Narrativa*, de Ricoeur, as noções dos planos ontológicos – existencial e histórico – para rever a temporalidade no romance histórico.

histórico. Anderson (2007, p. 217), em resposta, aponta as continuidades desse subgênero e, sobretudo, as suas felizes mutações. As regras prescritas pelo filósofo húngaro são, portanto, ignoradas e invertidas e o romance histórico é reinventado, exibindo modificações tais como a mistura livre de tempos, a combinação ou entrelaçamento dos tempos passado e presente, a presença do autor dentro da narrativa e a adoção de figuras históricas ilustres como personagens principais.

De qualquer modo, seja identificando uma continuidade entre o romance histórico tradicional e o novo romance histórico ou inscrevendo essa produção mais contemporânea diretamente no fenômeno da pós-modernidade, essa forma romanesca ainda se revela bastante produtiva. A partir daqui, voltaremos rapidamente nosso olhar para como essa produção tem se realizado no Brasil, na virada do século XX para o XXI e para a resposta crítica a essa ficção.

Carneiro (2005, p. 32) percebe como traço marcante da prosa nacional “a convivência pacífica dos mais diversos estilos”, dentre os quais ele inclui o romance histórico, que ganha o adjetivo “novo”, sem que ele esteja necessariamente vinculado à NNH de Menton. Resende (2008) também aponta a multiplicidade, o convívio não-excludente de um universo heterogêneo de criações, como elemento importante desse momento literário. Porém, para essa crítica, o romance histórico é percebido como uma manifestação menos forte do que a produção que encena o fenômeno da presentificação nas narrativas, sobretudo relacionado à violência urbana. Weinhardt (2011a), pesquisadora que acompanha o movimento desse subgênero romanesco no Brasil, ressalta não somente a proliferação dessa produção literária atual, como também o hibridismo, a porosidade entre as diferentes modalidades, o que acarreta na multiplicação dos modos possíveis de leitura de uma mesma obra.

Sem perder de vista essas considerações, passamos a algumas questões fundamentais da fenomenologia da memória de Ricœur, que nos fornecerá conceitos para compreender as relações entre a memória, o esquecimento e a história e que também serão pertinentes à leitura de *K. - Relato de uma busca* à luz do romance histórico.

1.2 Relações entre a memória e o esquecimento

Ricœur (2010) propõe que a memória, com seu caráter múltiplo e fragmentário, é o fio condutor da experiência temporal humana. Por sua ambição veritativa, a memória aproxima-se da história, sendo não apenas a sua matriz, mas também “um canal de reapropriação do passado histórico” (*Id.*, 2003, p.2). Porém, o pensador francês percebe os problemas e as consequências dessa relação. A memória exercida é suscetível a usos e abusos, sendo que esses últimos estão vinculados majoritariamente a eventos traumatizantes como a *Shoah*⁴ e os regimes autoritários. Dentre os abusos, os conceitos que nos interessarão são os de memória impedida, de memória manipulada e de memória obrigada.

A memória impedida ou ferida, compreendida a partir do trabalho de Freud (*Recordar, repetir e elaborar*, de 1914 e *Luto e melancolia*, de 1915), apresenta uma perda efetiva ou simbólica que pode se localizar tanto na memória pessoal, representada pela morte de um ente querido, quanto na memória coletiva, provocada “pela violência da história no sentido da libertação e da justiça” (RICŒUR, 2005, p. 1). Essas perdas podem, inclusive, se sobrepor, acontecer simultaneamente nos níveis individual e coletivo. O exercício da memória, pelo bom uso dessas feridas, enfrenta dois obstáculos: os esquecimentos – o primeiro, lento e inexorável e que se dá pelo apagamento dos rastros no nosso cérebro; o segundo, ativo e dissimulado, ocultado pela vontade de não querer saber – e a compulsão da repetição. Ricœur alerta para os perigos da memória ferida e seus impedimentos. Enquanto o esquecimento pode atrapalhar a reapropriação do passado histórico, a repetição impede o verdadeiro trabalho de memória, aquele que não está em busca de fatos, mas de compreensão. Em favor do exercício de memória, temos o trabalho de luto, indispensável, desenvolvendo-se a partir da expressão aflitiva até a reconciliação com aquilo que foi perdido, efetivando uma memória pacificada, “feliz”.

A memória manipulada, assim como a sua relação com o esquecimento, se dá nas relações de poder e “situa-se no cruzamento entre a problemática da memória e da identidade, tanto coletiva quanto pessoal” (RICŒUR, 2010, p. 94). A manipulação da memória e do esquecimento é intermediada, em vários níveis, pelo fenômeno

4 Termo utilizado por Ricœur e considerado mais adequado para designar o que conhecemos como o holocausto judeu.

ideológico. A memória poderia, portanto, ser incorporada à constituição da identidade de um grupo através da sua função narrativa, sendo que essa permite tanto a rememoração, quanto o esquecimento. Ela pode ser colocada, também pela narrativa, à serviço de alguma ideologia e ser, portanto, vinculada à história “autorizada”, oficial, celebrada publicamente.

A memória obrigada, representada pelo dever de memória, também apresenta bons usos e abusos. Como bom uso, compreende-se como um dever de fazer justiça às vítimas, relacionando-o ao conceito de dívida, que é inseparável da ideia de herança. Esse dever não se limita a conservar os rastros materiais, escritos ou de outra natureza, dos fatos terminados, mas acomoda principalmente o sentimento de dever a outros, e coroa o trabalho de memória. Sua função é a exortação à continuidade da narrativa, opondo-se ao esquecimento e à repetição nostálgica. O abuso da memória obrigada se dá por conta de seu caráter imperativo, imposto de fora para dentro, associando o trabalho de memória e obrigação, elemento que não está presente nos trabalhos de memória e de luto.

Como já vimos brevemente, trabalharemos o conceito de esquecimento relacionado aos de memória ferida, manipulada e obrigada. É em relação a esse último tipo de memória, que Ricœur (2010, p. 459) inclui a anistia, uma forma institucional e, sobretudo, política de esquecimento, sob o signo do abuso. A anistia, aproximada da amnésia, poderia impedir a compreensão do passado e a elaboração do perdão. O apagamento dos crimes cometidos e anistiados, relegando a memória da perda a um lugar subterrâneo, dificultaria a sua problematização e reelaboração e, por consequência, sua redenção.

Ao lado desses conceitos, Ricœur estabelece a distinção entre memória enquanto visada, capacidade e efetuação e lembranças enquanto coisa visada. Em relação a essas últimas, múltiplas e de graus variáveis, o filósofo francês as organiza em tipologias. Tomando de empréstimo de Bergson, há o par memória-hábito e memória-lembrança. Ambas pressupõem a experiência adquirida, porém diferenciam-se pela relação que guardam com o tempo. Para a memória-hábito, a aquisição incorporada ao presente não traz marcada necessariamente a relação com o passado, enquanto que para a memória-lembrança, marca-se a profundidade temporal da experiência inicial.

Essa lembrança não pode ser afetada pelo tempo sem ser alterada e é ela quem nos permite a “voltar a subir a encosta de nossa vida passada para nela buscar determinada imagem” (RICŒUR, 2010, p. 44). Em uma imagem, portanto, pode residir uma lembrança, mas o contrário não é necessariamente verdadeiro.

Ricœur também diferencia recordação instantânea e recordação laboriosa. A primeira, instantânea, apresenta-se como o grau zero de busca e apoia-se na recordação mecânica, no automatismo; a segunda, laboriosa, pressupõe uma reconstituição inteligente, aparentada do esforço de inteligência e traz consigo a marca do obstáculo, do incômodo.

Serão importantes para o nosso trabalho, juntamente com os conceitos apresentados na primeira seção, os dois pares de lembranças: de um lado, a memória-hábito e a memória-lembrança e, de outro lado, a recordação-instantânea e a recordação-laboriosa.

2. Análise de uma busca

2.1 Entrada

O romance de Bernardo Kucinski, como o seu subtítulo sugere (“Relato de uma busca”), segue os passos de K. em busca de sua filha, uma professora de Química na Universidade de São Paulo, que foi sequestrada pelo aparelho repressivo do regime militar, na década de 70, e está desaparecida desde então. Além da perspectiva de K. enquanto pai, temos o ponto de vista de outras personagens, que lidam com as circunstâncias desse momento histórico específico de maneiras e em papéis bastante distintos.

Em um segundo nível da narrativa, temos as lembranças de K., fazendo parte de uma memória impedida, de sua vida e prisão na Polônia, antes da invasão nazista. Paralelamente, temos a memória da própria *Shoah*, igualmente ferida, nas lembranças de K. e nas de sua mulher, já falecida.

Porém, antes de adentrarmos no romance, iremos explorar alguns elementos paratextuais interessantes, tais como as epígrafes – do livro e de dois capítulos específicos – a dedicatória e a advertência ao leitor.

Genette, em *Paratexts: thresholds of interpretation* (1997), afirma que o

paratexto funciona como um limite, uma zona intermediária entre o texto literário e o mundo, um espaço de transação à serviço da recepção do texto. No caso de *K. - Relato de uma busca*, obra inspirada por material histórico muito próximo do autor – K. era Majer Kucinski, escritor e crítico literário da língua ídiche, imigrante da Polônia pré-nazista e pai de Bernardo Kucinski e A. era Ana Rosa Kucinski Silva, a filha desaparecida e irmã do autor – o paratexto tem a importante função de prenunciar o caráter ficcional do livro.

As duas epígrafes, excertos de *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa e de *Terra sonâmbula* (1992), de Mia Couto, oferecem uma preciosa chave de leitura, duplamente situada: de um lado, um universo literário canônico, de língua portuguesa e, de outro, um conjunto de relatos de incertezas (“Conto ao senhor é o que sei e o senhor não sabe; mas quero contar é o que não sei se sei”), de luz e de apagamentos históricos (“Acendo a história, me apago a mim. No fim destes escritos, serei de novo uma sombra sem voz”). Dessa forma, a questão da memória e do esquecimento já está presente no romance antes mesmo de seu início.

As outras duas epígrafes internas ao livro, presentes nos capítulos “A abertura” e “No Barro Branco”, ambas de poetas judeus (H. N. Bialik e Moises Ibn Ezra), além da função de reafirmar a importância da literatura judaica para a personagem K. e para a sua experiência no mundo, marcam também dois momentos de certezas, escassos na narrativa: as mortes da filha e do pai.

Além das epígrafes, temos a seguinte dedicatória: “Às amigas, que a perderam: De repente, um universo de afetos se desfez.” Conservando a função de tributo, apontada por Genette (1997), a dedicatória já nos adianta o tom do romance, de perda e de dissolução. A busca, mencionada pelo subtítulo, mostra-se, de antemão, infrutífera, e o leitor já antevê que não existe a possibilidade de reconciliação, de encontro daquilo que foi perdido. A escrita do romance, embora já bastante distanciada temporalmente dos fatos narrados, ainda se relaciona ao trabalho do luto, lidando com a ausência dos indivíduos e das lembranças, com os abusos de memória, com as lacunas deixadas por essa busca, ferida efetiva na memória individual e ferida simbólica na memória coletiva.

Finalmente, a advertência ao leitor (“Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”) assinada pelo autor apresenta explicitamente essa relação

entre o fato e a ficção. Sabemos, portanto, que estamos diante de um objeto estético e que, apesar da veracidade de grande parte das informações, da existência efetiva de diversas personagens que aparecerão na narrativa, a leitura deve ser efetuada pela chave do ficcional.

2.2 As memórias

O romance de Kucinski conta com 29 capítulos, sendo a grande maioria deles curtos ou curtíssimos – entre 2 e 5 páginas. Em três dos capítulos mais longos, temos subdivisões em partes. Alguns temas já aparecem logo nos títulos: a ausência (“As cartas à destinatária inexistente”, “Sorvedouro de pessoas”), a literatura (“Livros e expropriação”; “O abandono da literatura”), a memória (“Os primeiros óculos”; “Um inventário de memórias”). Algumas instituições – e personagens – também já figuram nos títulos: os delatores (“Os informantes”, “Dois informes”), os militares (“O livro da vida militar”), a universidade (“A reunião da Congregação”), os militantes (“A queda do ponto”; “Mensagem ao companheiro Klemente”).

O livro emula estruturalmente o caráter fragmentário e múltiplo da memória apontado por Ricœur. Essa fragmentação também se presta à relação com a crise da historicidade, com a modificação da noção de totalidade da história oficial. Teremos acesso, sim, aos fatos e aos seus relatos, mas em pequenas partes nem sempre concorrentes. A organização formal do romance, portanto, ao particionar a narrativa, já nos adianta o tratamento que será dado à memória e à história.

Além da pulverização dos capítulos, temos a alternância entre narradores de 1ª e de 3ª pessoa. Nos nove capítulos que possuem narrador em 1ª pessoa, esses são narradores-testemunhas, personagens que participam das ações. Nesses capítulos, temos a narrativa do ponto de vista das seguintes personagens: narrador-autor, que abre e fecha o romance; policiais sequestradores à serviço de um “chefe”; o delegado Sérgio Fleury, o chefe; o pai do genro de K.; a amante do delegado. Em outros dois capítulos também temos um narrador em 1ª pessoa, porém são capítulos atípicos, epistolares: uma carta escrita pela filha de K. e endereçada a uma amiga e outra escrita pelo marido, endereçada a um tal companheiro Klemente, também militante. Em ambas, já é perceptível o medo do casal e uma intuição de que a guerrilha não terminará conforme o

planejado e que, não apenas a repressão do governo, mas também a rigidez das organizações militantes contribuirão para os terríveis acontecimentos.

Nos capítulos narrados em 3ª pessoa, o narrador acompanha diversos pontos de vista fazendo uso, frequentemente, do discurso indireto livre. A maioria desses capítulos acompanha a busca de K., porém temos alguns que são organizados a partir do genro de K.; de um “cachorro”, um militante delator; de um ex-general cassado pelo regime e de uma moça, que trabalhara na Casa da Morte, em Petrópolis, onde ocorreram vários casos de tortura, e que teria presenciado a morte da filha de K. Nesses capítulos, a predominância da perspectiva das personagens distancia o narrador. Há, porém, algumas exceções. Em alguns momentos, temos claramente a interferência do narrador que se localiza em uma instância temporal distinta e tem informações que não eram acessíveis no momento narrado.

K. passou a se perguntar o que os teria aproximado. Gostaram-se através da política, ou primeiro se apaixonaram, e depois uniram-se também na luta clandestina? (...) Um dilema moral: deveria odiá-lo, por ter arrastado sua filha a uma morte estúpida, ou honrá-lo, por ter enriquecido sua vida? (...) Essas perguntas ficarão para sempre sem respostas. Nem se saberá, com precisão, mesmo décadas depois, como foram sequestrados e mortos. (KUCINSKI, 2014, p. 43).

Porém, de todas as perspectivas, temos personagens que foram afetadas, que tiveram o curso de suas vidas alterados pelo momento histórico. Trabalhando com a memória pessoal de cada uma dessas personagens, Kucinski nos lembra o paradoxo em relação à memória apontado por Ricœur, pois não há

[...] nada de mais pessoal, de íntimo e mais secreto do que a memória, mas que as memórias de uns e de outros, entre parentes, vizinhos, estrangeiros, refugiados – e também adversários e inimigos – estão incrivelmente enredadas umas nas outras ao ponto de, às vezes, já não se distinguir nas nossas narrativas o que é de cada um: as feridas da memória são, simultaneamente, solitárias e partilhadas. (RICŒUR, 2005, p.1)

A busca de K. para saber o paradeiro de sua filha, para tentar reconfigurar, pacientemente, as lacunas deixadas pelo seu desaparecimento, para destruir a “muralha

de segredo impenetrável” (KUCINSKI, 2014, p. 61) que foi erigida em torno de seu desaparecimento, é também a busca pela memória dos eventos que aconteceram durante o regime militar. O resgate dessa memória que até então estava sob o signo do abuso, ferida e manipulada, o seu reconhecimento, efetivaria a busca da verdade e permitiria, finalmente, o início real do trabalho de luto. Para tanto, além dos relatos – presentes nos numerosos capítulos e que implicam os agentes, os pacientes, as vítimas desse momento – temos também alguns rastros documentais que podem permitir que o leitor, em uma espécie de simulacro ao trabalho do historiador, apreenda os fatos por outros pontos de vista. Dentre esses rastros, temos uma variedade - documentos escritos (cartas, relatórios de delação, pacto nupcial, livros), fotografias, marcos (lápides, placas de rua) – que se relacionarão com os diversos abusos e a tentativa de trabalho de memória emulada pelo romance.

A memória ferida

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. [...] O nome no envelope selado e carimbado como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo no rol dos mortos. (KUCINSKI, 2014, p. 9)

K., o pai que busca a filha, ao lado de outros familiares também presentes no romance, é a representação da perda efetiva, de uma ferida que se instalará na memória. Além da filha, duas irmãs de K. também foram mortas. “K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar da família inteira no Holocausto.” (KUCINSKI, 2014, p. 166). Essas perdas subterrâneas, além de revelarem outros aspectos feridos da sua memória, evocarão a compulsão da repetição da memória impedida.

Tomado completamente pelo sentimento de culpa, que perpassa todo o romance sob a perspectiva de K., a memória impedida se dá em dois níveis: pela ausência efetiva de lembranças de alguns acontecimentos importantes da vida da filha e pelo esquecimento voluntário de lembranças relativas ao seu passado na Polônia.

Quando aquela moça se aproximou na reunião dos familiares dos desaparecidos e se apresentou, eu sou a cunhada da sua filha, K. percebeu a vastidão da outra vida, oculta, da filha. Ela até se casara sem ele saber. [...] (*Id. Ibid.*, p. 42)

Lembrou-se subitamente de outra escadaria em outros tempos, em Varsóvia, igualmente em mármore e também no estilo neoclássico, que ele galgara aos saltos, ainda jovem e valente, para indagar o paradeiro de sua irmã Guita, presa num comício do partido que ajudara a fundar, o *Linke Poalei Tzion*. Alarmou-o a emergência da lembrança, que julgava soterrada sob os escombros da memória. (*Id. Ibid.*, p. 36)

A busca por informações a respeito da filha pode ser comparada ao trabalho de memória feito pela recordação laboriosa, que pode ter o auxílio de rastros tais como fotografias e testemunhos. Essa busca externa pela memória é aparentada ao esforço e existe como trabalho de inteligência consciente e se confronta com lacunas, com obstáculos, que são representados pelos becos sem saída das incontáveis pistas falsas, das informações incorretas divulgada pelo governo e seus informantes. Aqui, a ausência de lembranças fere a memória, impede que se conheça o que efetivamente aconteceu. Por outro lado, emergem, pela recordação instantânea, outras lembranças do passado de K., que nos revelam a sua militância e as suas perdas na Polônia. Essas lembranças espontâneas que surpreendem a personagem e que eram julgadas esquecidas, nos mostram um segundo abuso de memória, o da compulsão. Em face a situações semelhantes, parece existir um padrão de repetição, tanto para K. que busca primeiro sua irmã e depois a sua filha, quanto para a história, que nos traz em períodos protagonizados por governos autoritários, a repressão de vozes e manifestações contrárias à ideologia imposta.

Outra relação importante no romance é entre memória-hábito e memória-lembrança. A memória-lembrança, como já vimos, surge sobretudo nos momentos em que K. recorda-se de seu passado de militância. A insurgência dessas recordações desperta algumas memórias-hábito de K., também julgadas esquecidas.

Sem perceber, K. retomava hábitos adormecidos da juventude

conspiratória na Polônia. (*Id. Ibid.*, p. 18)

K. passou a contabilizar a duração da ausência da filha, outro preceito dos tempos da juventude. (*Id. Ibid.*, p. 19)

Assim, a busca de K., representando a recordação laboriosa, traz consigo não somente a recordação instantânea de uma outra memória ferida, que havia sido soterrada no passado, mas também a memória-hábito relacionada a ela.

Ora, tanto a *Shoah*, quanto o regime militar, representam feridas na memória – individual e coletiva - abertas até hoje. A personagem K., presa entre o esquecimento e a repetição – morre antes de efetuar realmente dois trabalhos importantes, o de memória e o de luto. Nesse sentido, o romance, ao reapresentar a busca de K., pode ser um passo em direção a realização desses dois trabalhos, em prol da justa memória, da (re)constituição da identidade coletiva, da qual, segundo Le Goff (1990, p. 475), a memória é elemento formador essencial.

A memória manipulada

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1990, p. 477)

Como já vimos, o esquecimento ligado à manipulação da memória está relacionado com a ideologia, nas relações de poder. Le Goff (1990, p. 476) afirma que a memória, além de uma conquista, é um instrumento e um objeto de poder. Dessa forma, o esquecimento a curto e longo prazo é uma forma de obscurecer os acontecimentos, impedir o trabalho de memória e, por consequência, o trabalho de luto. Veremos que a memória obrigada, como no caso da anistia, também pode contribuir para esse enevoamento histórico.

A personagem K., em sua busca, enfrentou efetivamente, em diversas situações, a manipulação de informações, a fim de acobertar os fatos.

Na semana seguinte chega à loja pelo correio um pacote cilíndrico de Portugal endereçado à K. com o nome da filha como remetente, escrito à mão. Contém cartazes políticos da Revolução dos Cravos.

Não é a escrita da filha, ele logo vê. [...] Montaram uma farsa. Um teatro para me torturar. Estão todos mancomunados, esses informantes. (KUCINSKI, 2014, p. 35)

Meio-dia começa a transmissão. Nomes são ditos aos poucos em ordem alfabética. Em K. a esperança se esvai. O nome da filha, que por essa ordem deveria estar entre os primeiros, não chega. Outros que acompanham atentos o comunicado são tomados pela perplexidade. Este está foragido, este outro nunca foi preso, este também está foragido. Fulano já foi libertado depois de cumprir pena. [...] Em vez de vinte e duas explicações, vinte e sete mentiras. Eis que, ao final, aparece uma referência à filha de K. Dela, diz o comunicado, assim como do marido e dois outros, não há nenhum registro nos órgãos do Governo. (*Ib. Idib.*, p. 67)

Você faz o seguinte, Mineirinho, telefone para um desses filhos da puta da comissão dos familiares, pode pegar qualquer um da lista que o Lima preparou. Telefona, e diz que tem umas desaparecidas que foram internadas no Juqueri, internadas como loucas. Diga que a tal professora da Química é uma delas [...]. (*Ib. Idib.*, p. 73)

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano da sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. (*Ib. Idib.*, p. 79)

Logo, a memória manipulada está presente no romance, em um nível individual, sob a forma do apagamento reiterado da memória da filha de K., que, como afirma o narrador no primeiro capítulo, não consta nem no rol dos vivos e nem na lista dos mortos. Em um esforço contrário a esse apagamento, ao esquecimento, temos, no romance, diversos elementos: a biblioteca do genro de K. (*Ib. Idib.*, p. 54), a *matzeivá*, lápide colocada sob o túmulo, e que é negada pelo rabino (*Ib. Idib.*, p. 77), as fotografias (*Ib. Idib.*, p. 115), o pequeno livro *in memoriam* escrito por K. e cuja publicação é negada pelo dono da gráfica (*Ib. Idib.*, p. 83), as placas de rua com os nomes dos militantes mortos (*Ib. Idib.*, p. 160). Nesse último caso, podemos perceber a dinâmica entre o esquecimento e a memória e a memória individual e a coletiva, como podemos

perceber nos excertos abaixo.

O loteamento ficava num fim de mundo. [...] Ali um projeto de lei de um vereador de esquerda deu a cada rua o nome de um desaparecido político, quarenta e sete ruas, quarenta e sete desaparecidos políticos. [...] (*Id. Ibid.*, p. 162)

Depois, para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza. Esse ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. [...] Foi quem criou o DOI-CODI, para onde levaram o Herzog e o mataram. [...] Avenida principal. Onde já se viu uma coisa dessas? (*Id. Ibid.*, p. 162)

A personagem K. percebe que as ruas que possuem os nomes de desaparecidos políticos encontram-se em um local muito distante, enquanto ele repetidamente vê ruas e avenidas importantes batizadas com nomes de militares do regime. Aos mortos pela repressão, apenas um espaço – tanto físico, quanto na memória coletiva – muito pequeno é reservado. À verdade, destina-se um espaço de pouca visibilidade no “fim de mundo”. Dessa forma, a memória individual e a coletiva, relacionadas a esse momento, passam pelo abuso da manipulação. A essa situação, soma-se a anistia que, ao invés de proporcionar espaço e informação para a compreensão dos eventos históricos, relega, pelo perdão judiciário, a sua memória (e, por consequência, a história) a um subsolo, onde permanecerá enquanto estiver submetida aos abusos do impedimento, da manipulação, do esquecimento.

3. Considerações finais

A leitura do romance *K. - Relato de uma busca* no momento atual é uma tarefa literariamente complexa. Em um momento em que os arquivos da ditadura militar começam a ser reabertos e estudados, em que a Comissão Nacional da Verdade é criada para investigar os crimes de violação aos direitos humanos praticados, em que há a intensificação de lançamentos editoriais a respeito desse período, é difícil de separar história e ficção.

Além disso, há, no romance de Kucinski, certas características formais que podem dificultar a separação dessas duas instâncias. A intertextualidade é um elemento bastante forte. Temos incorporadas no texto, diversas referências ao universo literário –

a literatura iídiche, Kafka, a cadela Baleia de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos – mas também referências ao mundo extraliterário dos relatórios, informes, publicidades bancárias, manifestos institucionais, discursos doutrinários, sessões de terapia, reuniões de departamento. Outro recurso bastante utilizada é a heteroglosia, que nos proporciona o acesso à perspectiva de diversos personagens, sendo bastante marcante a diferença nos usos da língua.

Ora, acrescentando a essas duas características, a superposição de tempo passado e presente, organizada em três níveis temporais distintivos (o presente do narrador, o presente e o passado de K.) e a criação de personagens a partir de figuras históricas centrais e ex-cêntricas, temos algumas características da produção ficcional recente, organizada no subgênero do novo romance histórico, do final do século XX e início do XXI, elencadas por Hutcheon (1991), Weinhardt (2011a, p. 48) e por Menton (1993).

Além dessa concorrência formal, consideramos que a leitura desse livro é enriquecedora à luz do romance histórico. Além de poder ser lido sob a perspectiva de um pai que procura uma filha desaparecida e que intenta recuperar a sua memória apagada reiteradamente, *K. - Relato de uma busca* pode ser compreendido como mais um elemento na compulsão de repetição referente à memória ferida do regime militar, porém fazendo parte de um esforço de recordação na tentativa de reelaborar os traumas de concluir o trabalho de luto. Sabe-se que as perdas não foram somente individuais, mas foram, sobretudo, coletivas: a perda da democracia, dos direitos políticos, da liberdade de expressão, do direito à informação, do direito à memória. Logo, a busca que se menciona no título não é apenas a de K., o pai, mas também de K., o autor e a de uma nação que precisa exumar o passado e se reapropriar da história, em prol da justa memória, para a reconstrução da identidade coletiva.

Referências

ANDERSON, P. Trajetos de uma forma literária. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 77, 2007, p. 205-220.

CARNEIRO, F. **No país do presente: Ficção brasileira no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2005, 338 p.

- ESTEVEES, A. O romance histórico brasileiro no final do século XX: quatro leituras. **Letras de hoje**. Porto Alegre, v. 42, n. 4. dez. 2007, p.114-136.
- GENETTE, J. Epigraphs. In:_____. **Paratexts: thresholds of interpretation**. Cambridge University Press: Cambridge, 1997, 427 p.
- HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, 330 p.
- JAMESON, F. O romance histórico ainda é possível? **Novos Estudos**. São Paulo, n. 77, 2007, p. 185-203.
- KUCINSKI, B. **K. Relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014, 192 p.
- LE GOFF, J. Memória. In: _____. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MENTON, S. **La nueva novela histórica de la América Latina 1979-1992**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- RESENDE, B. A Literatura brasileira na era da multiplicidade. In:_____. **Contemporâneos: Expressões da literatura brasileira no século XXI**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / Biblioteca Nacional, 2008.
- RICŒUR, P. O bom uso das feridas da memória. In: **Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon (1938-1945): Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l'histoire parle**. Edition du Roure, 2005. Tradução [anônima] disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/o_bom_uso_das_feridas_da_memoria>. Acesso em: 23 de julho de 2014.
- _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, 536 p.
- WEINHARDT, M. O romance histórico na ficção brasileira recente. In: CORREA, R. (Org.) **Nem fruta, nem flor**. Londrina: Humanidades, 2006, p. 131-172.
- _____. Outros palimpsestos: ficção e história - 2001-2010. **Literatura: crítica comparada**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária PREC – UFPel, 2011a, p. 205–220.
- _____. Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular. In: _____. (Org.) **Ficção histórica: teoria e crítica**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011b, p. 13-55.
- _____. A memória ficcionalizada em *Heranças* e *Leite Derramado*: rastros, apagamentos e negociações, **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n.31, jul./dez, 2012, p.

245-264.